



A PARTICIPAÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES NA ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DO TERRITÓRIO SUDOESTE BAIANO

Maiara dos Anjos Santos ¹, Valdemiro Conceição Junior²

1 Discente do Curso de Agronomia/ UESB/ Vitória da Conquista, BA. maysantos77724@gmail.com

2 Docente do Departamento de Fitotecnia e Zootecnia/UESB – Estrada do Bem Querer, Km 04, Caixa Postal 95, 45083-900, Vitória da Conquista, BA. miroconceicao@hotmail.com

RESUMO

A agricultura familiar é responsável por grande parte do que é consumido pelos brasileiros, mas só nos últimos tempos passou a existir uma preocupação com o futuro das populações rurais e implantação de políticas públicas para seu fortalecimento. O objetivo desse trabalho foi analisar a participação de agricultores familiares nas discussões e articulações das políticas públicas no Colegiado Territorial Sudoeste Baiano. A coleta de informações foi baseada em observações de atividades e reuniões, de caráter não participante, com visualização e anotações da dinâmica e das discussões sem causar interferência significativa. Dessa maneira, foi possível constatar que as principais entidades envolvidas nas reuniões são os representantes do poder público, municipais e estaduais, cooperativas, associações, sindicatos e movimentos sociais. Nas reuniões, o Colegiado conta também com debates em câmaras temáticas, na qual a de Inclusão Produtiva é a que teve maior representação de agricultores familiares. Além disso, observou-se a preocupação do colegiado com as repercussões práticas das políticas planejadas para esse segmento. Conclui-se que a discussão no Colegiado Territorial das políticas públicas para os agricultores familiares é um acertado mecanismo para o conhecimento e intervenção na implementação dessas políticas.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Política Territorial, Desenvolvimento Rural.

THE PARTICIPATION OF FAMILY FARMERS IN THE ARTICULATION OF PUBLIC POLICIES IN THE SOUTHWEST OF BAHIA

ABSTRACT

Family farming is responsible for much of what is consumed by Brazilians, but only in recent times has there been a concern with the future of rural populations and implementation of public policies for its strengthening. The objective of this work was to analyze the participation of family farmers in the discussions and articulations of public policies in the college Territorial Southwest Bahia. The collection of information was based on observations of activities and meetings, of a non-participating nature, with visualization and notes of dynamics and discussions without causing significant interference. In this way, it was possible to observe that the main entities involved in the meetings are representatives of the public, municipal and state authorities, cooperatives, associations, unions and social movements. In the meetings, the collegiate also counts with debates in thematic chambers, in which the productive Inclusion is the one that had the greatest representation of family farmers. In addition, it was observed the collegiate concern with the practical repercussions of planned policies for this segment. It is concluded that the discussion in the territorial collegiate of

public policies for family farmers is a correct mechanism for the knowledge and intervention in the implementation of these policies.

Key words: Family Agriculture, Territorial Policy, Rural Development

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é responsável pela produção de quase 70% dos alimentos básicos consumidos pelos brasileiros, sendo muito importante para o desenvolvimento (WANDERLEY, 2009). Porém, no Brasil, a agricultura familiar sempre foi um setor marginalizado devido à herança colonial e ao processo de “modernização” desigual da agricultura, mas, mesmo sob adversidades, o seu peso na riqueza do País é representativo e não perdeu sua importância nos últimos anos.

No entanto, notou-se nos últimos anos uma preocupação do Brasil com o futuro das populações rurais, e isso tem provocado mudanças nas políticas públicas destinadas à agricultura familiar. Esse processo possibilitou que as políticas públicas considerassem e passassem a incluir em seu desenho institucional a participação de agricultores familiares nas decisões sobre as formas e possibilidades de investir os recursos públicos (SOUZA, 2004).

O Território Sudoeste Baiano apresenta área de 26.809,99 km², distribuída de forma bem diferenciada, e composta por 24 municípios (FERRAZ et al., 2015), sendo a maioria desses municípios com maior número de habitantes nas zonas rurais. Este aspecto contribuiu para incentivar uma reflexão a respeito das políticas públicas direcionadas a esse segmento.

Tendo em vista que a melhor forma de fazer com que as políticas sejam implantadas de forma eficaz é assegurando a participação do público de interesse em seu processo de implantação, discutindo e aprimorando tal política, no Território do Sudoeste Baiano foi criado o Colegiado Territorial em dezembro de 2005 (CONCEIÇÃO JR & BRITO, 2013). O principal objetivo da criação do Colegiado foi o de possibilitar efetiva participação dos atores sociais na realização de diagnósticos no território, com o intuito de compreender e efetivar a política de desenvolvimento territorial, como também terem atuação efetiva no planejamento e execução das políticas públicas e projetos ali implementados.

Com base nessa discussão, o presente trabalho objetivou analisar a participação de agricultores familiares nas discussões e articulações das políticas públicas no Colegiado do Território Sudoeste Baiano.

MATERIAL E MÉTODOS

Primeiramente, realizou-se uma revisão bibliográfica em materiais e artigos disponíveis sobre o Colegiado do Território Sudoeste Baiano, as organizações rurais e a efetividade da participação dos agricultores familiares nas decisões políticas voltadas a esse segmento.

Para a coleta de informações foram feitas observações de atividades e reuniões do Colegiado Territorial. Essas observações foram de caráter não participante, do tipo em que o pesquisador, embora presente no ambiente em que ocorre a ação (e percebido pelos demais), apenas visualizava a dinâmica e as discussões do espaço e procedia as anotações, sem causar interferência significativa.

Esta pesquisa foi de abordagem qualitativa e de caráter descritivo. A análise dos dados obtidos consistiu na transcrição, leitura, sistematização e análise de todas as informações obtidas, organizando-as de acordo com as questões que nortearam a pesquisa. Como procedimento de análise dos dados utilizou-se da “análise de conteúdo” (BARDIN, 2011), buscando compreender a construção de significados e sentidos que os atores sociais exteriorizaram no discurso.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Atualmente, a composição do Colegiado do Território Sudoeste Baiano é formada por: Plenária; Núcleo Diretivo e Instituição Coordenadora, e conta o apoio das câmaras temáticas que foram definidas a partir de temas relevantes, a contribuir com o desenvolvimento territorial, e tem a atribuição de discutir e elaborar propostas e critérios para auxiliar o Colegiado em debates de temas específicos ou abrangentes do processo de desenvolvimento. Essas câmaras temáticas são voltadas para a cultura, inclusão produtiva, mulheres e juventude.

Entre as quais a de inclusão produtiva é a que mais trata da questão da produção agrícola, na qual discutem e articulam as formas de desenvolvimento sustentável para o campo, evolução do processo produtivo e a dinamização da vida econômica e política do meio rural, que depois são discutidas com todos os integrantes do colegiado. Nela participam os órgãos públicos e privados que prestam assistência técnica, bem como as organizações e representações da agricultura familiar.

Nessa câmara se dá a maior participação de agricultores familiares, membros de associações e cooperativas, lideranças de setores públicos de agriculturas e meio ambiente, representantes de sindicatos dos municípios que fazem parte do território, o Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial – NEDET, lideranças de entidades estaduais como a BAHIATER, responsável pela assistência técnica no Estado, Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR, empresa pública vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR, que tem como um dos seus principais programas o Bahia Produtiva, voltado ao fortalecimento da agricultura familiar, do Centro de Convivência e Desenvolvimento Agroecológico do Sudoeste da Bahia - CEDASB, e da Cooperativa de Trabalho técnico do Sudoeste da Bahia- COOPERSUBA, que prestam ATER, do

Centro Público de Economia Solidária – CESOL e da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB, além de representantes de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável - CMDS. Porém, é interessante destacar que também existe a participação de agricultores e agricultoras familiares nas outras câmaras.

Verificou-se uma expressiva participação das organizações sociais rurais do Território, como Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST, Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras por Direitos – MTD, União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária - UNICAFES e cooperativas da região Sudoeste, entre outros. Dessa forma, foi possível observar a preocupação desse segmento, em tratar e participar das discussões de projetos e políticas públicas, as quais envolvem o desenvolvimento e implementação de programas que possuem o intuito de proporcionar melhores condições de vida garantindo a comercialização de seus produtos agrícolas e melhoria da vida no campo.

Constatou-se que com o apoio do Colegiado e a participação de representantes tanto do poder público como de instituições da sociedade civil dos diferentes municípios, os agricultores familiares avançaram expressivamente, principalmente com a implementação de projetos que tiveram o objetivo de fortalecer e promover qualificação, dentre os quais merecem destaque: atividades voltadas para o melhoramento dos caprinos e ovinos; bem como aqueles voltados para a apicultura e fruticultura, fortalecendo principalmente as cooperativas, além de trazer uma forma de comercialização dos seus produtos para mercados institucionais sendo eles o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.

Foi possível verificar também, que uma das pautas da reunião do Colegiado territorial era sobre o monitoramento do plano de ações, a partir dos objetivos e metas estabelecidos no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável-PTDRSS (CONCEIÇÃO JÚNIOR et al., 2016). Dessa maneira, ficou evidente, a participação do Colegiado, também na cobrança das instituições do poder público nas execuções das metas previstas e o monitoramento das atividades que estavam em execução nos 24 municípios do território, favorecendo o fortalecimento do diálogo entre os municípios e a formulação de medidas de enfrentamento das disparidades, sua execução e monitoramento.

CONCLUSÕES

A abordagem e discussão do Colegiado Territorial sobre as políticas públicas, com a participação dos agricultores familiares, apresenta-se como um acertado mecanismo de diagnóstico para que se possa investir de forma acertada no planejamento e execução de políticas voltadas a melhoria da qualidade de vida nos municípios do Território Sudoeste Baiano.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

CONCEIÇÃO JÚNIOR, V.; ALCANTARA, F. V.; SILVA, F. V. J.; SANTOS, V. C.; FERNANDES, J. S. ; ANJOS, D. A. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário- PTDRSS. 2016. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/File/politica-territorial/PUBLICACOES_TERRITORIAIS/Planos-Territoriais-de-Desenvolvimento-Sustentavel-PTDS/2018/PTDRSS_2016_DO_TERRITORIO_SUDOESTE_BAIANO.pdf>. Acesso em: 22 ago.

CONCEIÇÃO JÚNIOR, V.; BRITO, I.P.F.S.. Fortalecimento da agricultura familiar como instrumento para o desenvolvimento rural do território de Vitória da Conquista – Bahia, Revista Extensão e Cidadania, v. 1, n. 2, jul. /dez. 2013

FERRAZ, A. E. Q.; GUSMÃO, A. D. F.; ROCHA, A. A.; ALCÂNTARA, F. V.; OLIVEIRA, V. F. Belo Campo: pensar a cidade, desafios e possibilidades. Vitória da Conquista: Conhecer, 2015. 52p.

SOUZA, Celina. Governos locais e gestão de políticas sociais universais. São Paulo em Perspectiva, v. 18, n. 2, p. 27-41, 2004.

WANDERLEY, Maria N. B. O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.